

**Memória da III Reunião de Representantes de Fóruns de Educação de Jovens e Adultos  
DEJA/SECAD/MEC  
Parthenon Líder Flat / Setor Hoteleiro Norte, Quadra 5, Bloco 1 – Brasília – DF  
21 e 22 de novembro de 2005**

## **CONTEXTO**

O III Encontro dos Representantes dos Fóruns de EJA, com 30 representantes entre Fóruns Estaduais e Regionais, teve início com as exposições de Timothy Ireland e Ricardo Henriques que manifestaram as boas vindas e sublinharam a importância da realização desse III Encontro, bem como salientaram as possíveis dificuldades para o ano vindouro, em função do processo eleitoral, materializado, sobretudo, pela implantação parcial do FUNDEB em 2006, quiçá, somente em 2007, devido à morosidade da tramitação na Câmara e no Senado. Para tanto, foi sugerida a seguinte pauta: **1) Informes gerais:** Publicações; concurso literário: *Literatura para Todos; Projeto Educação Prisional; Projeto Pescando Letras; Projeto Tecendo Saber; Projeto Saberes da Terra e PROEJA.* **2) Avaliação dos Programas Brasil Alfabetizado (PBA) e Fazendo Escola:** Síntese dos relatórios dos Fóruns; Relatório do Brasil Alfabetizado; Apresentação do SBA/Mapa do Brasil Alfabetizado; Apresentação do Relatório do Fazendo Escola; Debate. **3) Encontro entre os Fóruns.** **4) Informes dos Fóruns.** **5) Apresentação do Portal Fóruns de EJA.** **6) Festival de Aprendizagem (Feira Latino-americana de Alfabetização:** Discutir evento nacional/atividades estaduais; Participação dos Fóruns; Participação RAAAB/CEAL. **7) FUNDEB.** **8) Encaminhamentos.**

Dentre os informes foi colocado que 25 Estados colocaram uma estrutura com coordenação para os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, a exceção de Bahia e Distrito Federal. Segundo Timothy o Fazendo Escola foi redesenhado de forma que Estados e municípios assumam sua responsabilidade com a EJA. As resoluções do Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola terão que sair no mês de janeiro em função de ser um ano eleitoral. Após os informes, passamos à avaliação dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, sendo feitos os seguintes apontamentos:

### Brasil Alfabetizado

- Necessidade de remuneração diferenciada e necessidades específicas (quilombolas, terras indígenas, necessidades educacionais especiais etc.);
- Complemento do per capita e redução do número de alunos com necessidades especiais;
- Programação para reutilização de sobra de recursos, possibilitando o início de turmas com essas sobras;
- Plano de continuidade para absorção dos alunos alfabetizados;
- Trabalhar na perspectiva de territórios que venceram a barreira do analfabetismo, investindo estrategicamente em municípios;
- O DF tem encontrado dificuldades para obter informações devido à conformação política e sugere a diferenciação entre ONGs de iniciativa popular e ONGs que não têm essa vocação;
- Criação de rede de solidariedade para auxiliar municípios pequenos a celebrar o convênio do Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola e criação de pólos de divulgação;
- Construção de prédios próprios para a EJA e atender os educandos no PROUNI, de modo a elevar o nível de escolaridade;
- Divulgar programas para as universidades visando ações de inclusão digital, dando conhecimento dos recursos para aquisição de equipamentos;
- Piso de um salário mínimo para os educadores populares com carga horária de 12 horas aulas semanais;
- Envolver os municípios na preocupação com a continuidade;
- Apoiar ações que favoreçam o ingresso dos educadores populares no ensino superior por meio da criação de curso pré vestibulares em parcerias com sindicatos e universidades públicas, seguindo a iniciativa da UFGO;
- Divulgação do papel dos Fóruns para melhorar o relacionamento com as secretarias estaduais e municipais;
- Criação de grades curriculares para aproximar as ações de municípios e regiões;
- Matrícula na alfabetização desperta a atenção do poder público para estar implantando a EJA; número alto de alunos com escolaridade até a 4ª série;
- SBA lento e complicado;
- Falta de apoio pedagógico da SEDUC; em outros casos existência de apoio pedagógico nos municípios;
- Inexistência de escolas próximas à residência dos alunos para garantir a continuidade da escolarização;
- Existência de alunos muito idosos que preferem não dar continuidade à escolarização nas escolas;
- Atendimento à demanda longe do necessário;
- Atendimento oftalmológico de alunos do PBA;
- Parceria: contrapartida dos governos estaduais; falta de interlocução; inclusão das universidades;
- Mapeamento;

- Identidade do programa ocultada frente a outros programas;
- Sobreposição de programas que atingem o mesmo público;
- Falta de divulgação do MEC como financiador do PBA;
- Resolução avançou bastante; mas demorou a sair;
- Programa loteado e entregue aos políticos/cabide de emprego;
- Material didático inexistente/insuficiente;
- Inflexibilidade dos períodos de matrícula na EJA
- Ampliação da oferta de vagas;
- Educação continuada: SEDUC não prioriza; suporte é insuficiente;
- Espaços físicos inadequados;
- Recursos: insuficientes; limitação a quatro itens; conselho do FUNDEF acompanhar a aplicação dos recursos; sobra de recursos ficar disponibilizado para ser usado na abertura de novas turmas.
- Programa gerenciado por pessoas despreparadas nos municípios;
- Arte e o esporte diminuiram a evasão;
- Formação com a IES: PBA e Fazendo Escola.

#### Fazendo Escola

- Aumentar o valor per capta;
- Prever um percentual para os alunos egressos do programa Brasil Alfabetizado;
- Que o valor da compra do livro didático e material esteja ligado à realidade da organização do curso de cada estado ou município, garantindo-se a reserva técnica por aluno;
- Que o valor a ser pago aos professores contratados pelo programa não seja menor que o valor pago aos professores efetivos em início de carreira;
- Vincular o repasse à apresentação do plano de execução, detalhando as ações;
- Aumentar o valor do kit que hoje é de R\$ 10,00;
- Comprar uma reserva a mais de livros. Livros didáticos com letras maiores.

Finalizamos esta parte da reunião com a apresentação do ambiente virtual por Tancredo Maia que contém dados do Sistema Brasil Alfabetizado. Tais dados revelam que 70% dos recursos desse sistema são alocados no setor público, aproximadamente 1.050.000,00 e 30% para entidades como IES, Sindicatos, Centrais Sindicais, Sistema S, ONG's, etc. Esta ferramenta possibilita o controle social do programa, pois torna público a celebração dos convênios, disponibilizando dados de evasão, continuidade, escolarização e valores repassados. Ver página do Programa Brasil Alfabetizado <http://www.mec.gov.br/sba> e site: [www.mec.fnde.gov.br/home/eja](http://www.mec.fnde.gov.br/home/eja) (para ver dados sobre o PBA e fazer o acompanhamento do monitoramento da execução dos programas/recursos recebidos). Os recursos do Fazendo Escola podem ser usados para: pagamento de professores, compra de livro e material didático, formação continuada e merenda escolar. Recurso é de responsabilidade do órgão executor/Conselho do FUNDEF/Equipe Coordenadora. Só é reprogramado 30% do valor do recurso recebido. Em 2005 foram 220 milhões para o PBA e 448 milhões para o Fazendo Escola.

Partindo da divulgação de dados dos convênios de 2005 (em 2005 foram 3.361 municípios mais o DF e 27 secretaria de educação estaduais) e de todas as considerações acima, fizemos propostas para a resolução 2006 dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, cuja dinâmica foi contemplar nas sugestões apenas os consensos, sendo 1 salário mínimo e valor per capta a principal alteração; recurso do PBA poder ser reprogramado; garantir a ampliação da carga horária de formação inicial e continuada/transporte para acompanhamento e formação; ver um percentual como do PNEE para educadores do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhos; estabelecer critérios para a contratação de educadores (preferencialmente com nível médio; vínculo com a comunidade/com a educação popular) e dar continuidade na contratação daqueles que foram bem avaliados; garantir a supervisão pedagógica local; contrapartidas/convênios (poder público estadual e municipal) lanche, transporte, ação oftálmica.

Na reunião dos Fóruns, foram discutidos os seguintes pontos: **a) indicações dos nomes e eleição para os representantes da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)** obedecendo os seguintes critérios: competência técnica, trajetória reconhecida no movimento, postura de agregação, noção da dinâmica dos Fóruns, postura de autonomia frente ao MEC, participação nos ENEJAs, nos Fóruns e compromisso político. Foi eleita a Professora Edna da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e José Barbosa da Paraíba como titular e suplente respectivamente; **b) manifesto do VII ENEJA**, onde foram feitas algumas alterações e será disponibilizado em breve com previsão de entrega ao governo na cerimônia de abertura do VIII ENEJA; **c) VIII ENEJA** a ser realizado de 06 a 09 de setembro de 2006 em Recife – PE, cujo tema sugerido foi 10 anos de LDB, 8 anos de FUNDEF (Política de fundos) e 9 anos da V CONFITEA (Conferência Internacional da

Educação de Jovens e Adultos), balanço e perspectivas; **d) resolução do Sistema Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola** em que a essência das propostas estão expressas nos itens sublinhados acima; **e) indicação do nome do representante dos Fóruns no Comitê da Dívida Externa**, tema objeto de muita polêmica, sobretudo pela metodologia já adotada pelo Comitê, além do processo já estar em curso e, cujas linhas gerais, não reveladas plenamente, desagradam pelo fato de privilegiar as ONGs e consultoria internacional, evidenciado pela fase de envio de projetos, desconsiderando a gerência do poder público, condição fundamental para os Fóruns e para os movimentos sociais. Após todas essas ponderações, o representante do Fórum Paulista propôs que a Comissão Nacional dos Fóruns não fizesse a indicação para esse comitê, sob o risco de legitimar um processo verticalizado, privatista e, sobretudo, que legitima a dívida externa brasileira, sem fazer a devida discussão com a sociedade. Contudo, foi indicada a professora Maria Luiza Angelim da UNB (Universidade de Brasília) para representar os Fóruns no Comitê, sem, no entanto, apoiar a proposta conforme se desconfia.

Na apresentação do portal dos Fóruns de EJA, sugeriu-se que além do moderador por Fórum, fosse dada uma senha também para alguém da coordenação ou colegiado de cada Fórum, sendo que o primeiro cumpre o papel de editor, fazendo as alterações e inserido dados conforme decisão dos Fóruns e o segundo, além de atuar em caso de impedimento do moderador, promover discussões. Entretanto, o acesso ao conteúdo do site será para qualquer pessoa que queira visitá-lo. Site: [www.forumeja.unb.br](http://www.forumeja.unb.br)

Sobre o Festival de Aprendizagem (Feira Latino-americana de Alfabetização), DEJA/SECAD propôs discutir evento nacional e atividades estaduais com participação dos Fóruns, RAAAB (Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil), CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina e com apoio técnico e moral da UNESCO. Para garantir atividades já definidas pelos Fóruns, fixou-se o período de 26 de abril a 05 de maio de 2006 para a realização das atividades estaduais. Jerry Adriane da Secretaria Municipal de Belo Horizonte foi indicado pela Comissão Nacional para representar os Fóruns na coordenação do Festival.

Na discussão sobre o FUNDEB (Fundo Nacional da Educação Básica e Valorização do Magistério), Rodolfo Marino apresentou gráficos que revelam atendimento da demanda de EJA aquém da expectativa. Tal informação justifica a preocupação de explosão da demanda manifestada por aqueles que defendem um valor per capita menor para esta modalidade. Apesar de reconhecermos que a complementação da união não alcançou níveis desejáveis em que os 4,3 bilhões ao longo de 4 anos representam pouco mais de meio por cento do PIB (Produto Interno Bruto), com base na projeção para 2006 que é de 800 bilhões. Todavia, avaliou-se que uma alternativa é a manutenção da isonomia per capita entre todas as modalidades e níveis de ensino, embora haja a possibilidade de fixação de metas de expansão progressiva da matrícula na Educação de Jovens e Adultos (Pierro, 2005). Segundo Marino, seria atendido 25% da demanda no primeiro ano de vigência do fundo, 50% no segundo ano, 75% no terceiro ano, chegando a 100% no quarto ano. Desse modo, superaríamos o receio de explosão da demanda que comprometeria a existência do fundo, hipótese defendida por alguns, principalmente para negar à EJA tratamento igual às demais modalidades e níveis de ensino.

INFORMES: COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS – 7º VOLUME; ALMANAQUE DA TAM; PALAVRA DA GENTE; ATÉ MARÇO: ALMANAQUE DO ALUÁ (ESCOLAS DE EJA E ALUNOS DO PBA); PUBLICAÇÃO PARA EDUCADORES DE EJA.

Goiânia, 26 de novembro de 2005.